

## 2. A exploração dos mármore: da alteração da paisagem ao património industrial

(Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas)

### Evolução económica e usos do solo: a paisagem regional até ao século XX

A paisagem alentejana é fruto das diferentes actividades humanas que nela foram tendo lugar, dando origem a uma organização territorial, que na realidade nunca foi estática.

Se até ao século XIX se manteve completamente agrária, dentro do que seria o quadro das sociedades pré-industriais, a partir desse momento com a modernização tecnológica sofreu uma mutação acelerada, configurando um cenário agrário/industrial de planícies sem charneca onde predominava a cultura cerealífera, a par de espaços restritos de concentração industrial, uma paisagem que ainda era perceptível há duas décadas atrás.

Caracterizando muito sucintamente o Alentejo, podemos referir que é a maior região do país, englobando os distritos de Évora, Beja e Portalegre<sup>49</sup> e estendendo-se “das margens do Tejo até à serra Algarvia: o sul da Beira Baixa, parte do Ribatejo meridional e todo o vale do Sado já lhe pertencem como aspecto geográfico”<sup>50</sup>.

Abrange no seu conjunto quase um terço do território nacional, ao mesmo tempo que possui uma baixa densidade demográfica, representando pouco mais de dez por cento da população total.

No domínio da orografia revela uma uniformidade, cujo relevo pode ser caracterizado por grandes extensões de planície entrecortadas por zonas montanhosas de pouca altitude e distantes entre si. “Uma peneplanície clássica, com as montanhas arrasadas por um longo e intenso trabalho de desgaste, guiado e

---

<sup>49</sup> O Alentejo geográfico difere um pouco do Alentejo administrativo. Não se inclui o distrito de Setúbal, pois a sua litoralidade e a proximidade da capital afastam-no da evolução e do desenvolvimento que caracterizou a restante região. Os distritos foram recentemente substituídos pelas NUTS, que no caso daqueles três mantiveram os antigos limites administrativos.

<sup>50</sup> Ribeiro, Orlando et al. *Geografia de Portugal*, Vol. IV – Vida económica e Social, Lisboa: João Sá da Costa, 1991, 1258.

coordenado pelos cursos de águas”<sup>51</sup>.



Figura 1 – As regiões geográficas<sup>52</sup>

No domínio climático destacam-se a fraca pluviosidade, o ar seco e a oscilação entre verões muito quentes e invernos muito frios.

Na composição do solo, entram quase todas as formações geológicas conhecidas, tais como granito, rochas de feldspato, diorites, xistos, calcários de vários tipos, mármore, etc., o que proporciona uma variedade de aptidões

<sup>51</sup> Ribeiro, Orlando et al. *Geografia de Portugal*, 1258.

<sup>52</sup> Ribeiro, Orlando et al. *Geografia de Portugal*, 1245

culturais<sup>53</sup> e diversos recursos minerais.

No tipo de propriedade dominante, encontra-se o latifúndio, que aqui apresenta as maiores dimensões do país, podendo atingir várias centenas de hectares. Geografia e condições climáticas, associadas a um solo pobre que cobre a maior parte do território, bem como à sua evolução histórica, estão na origem das estruturas agrárias da região.

Com este quadro de fundo a paisagem alentejana oitocentista caracterizava-se nos seus primeiros anos essencialmente pela existência de terras incultas, pontuadas de cereais e de algum montado. No entanto, estes incultos não eram de forma alguma desprovidos de valor para as populações, pois neles se praticavam culturas esporádicas, roças que duravam entre 8 a 10 anos, deixando-os depois regressar ao estado anterior. Deles se retiravam também o mel, a lenha, a madeira, a cortiça e as pastagens para o gado<sup>54</sup>.

A esta aparente dicotomia haveria de se seguir uma reconfiguração do espaço produtivo, em função da maior importância dada à agricultura enquanto uma das bases da riqueza das nações. No caso do Alentejo verificou-se um aumento da produção através da diversificação de culturas, com a generalização da oliveira e da vinha, da pecuária praticada dentro do sistema agro-silvo-pastoril do montado, e do incremento da produção de cortiça.

A oliveira difundiu-se por todos os tipos de solos, em especial os quentes e calcários, concentrando-se na Estremadura, Ribatejo e Alentejo. A vinha progrediu na região sul, perante a diminuição da produção de outras regiões afectadas por várias pragas<sup>55</sup>. Por sua vez, a pecuária registou um grande crescimento com a prática da engorda de suínos nos montados de sobre e azinho. Por último a cortiça viu o seu valor ascender rapidamente devido à elevada procura de rolhas por parte da vinicultura internacional, levando a um melhor tratamento dos sobreirais, que passaram a constituir um recurso económico significativo<sup>56</sup>.

<sup>53</sup> Sá, Mário de. *O Alentejo, sua descrição geral, principais produções e projecto de irrigação*, Lisboa: Centro Typ. Colonial, 1911, 20-29.

<sup>54</sup> Ribeiro, Orlando et al. *Geografia de Portugal*, 1052-1053.

<sup>55</sup> Fonseca, Hélder. *O Alentejo no século XIX, economia e atitudes económicas*, Lisboa: INCM, 1996, 126-130.

<sup>56</sup> Faísca, Carlos. *Criando Chaparraís, Dois séculos de Montado de Sobre no Alentejo*, Lisboa: Apenas Livros, 2014.



Figura 2 - Usos do solo em 1868<sup>57</sup>

Simultaneamente, a maquinização das tarefas agrícolas começa também a tomar forma, com a difusão dos modernos instrumentos de trabalho, nos quais se incluem a ceifeira e a charrua a vapor, que trouxeram grandes progressos e permitiram uma significativa produtividade do solo.

Este acréscimo agrícola, que se reflectiu no aumento de terras cultivadas, efectivou-se também por intermédio do uso de terrenos incultos, o que constituiu um primeiro período de arroteamento da região, que se pode circunscrever entre 1840-1880, considerando-o como “a era da criação do capital físico”<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> Silbert, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. Vol. 3, Lisboa: INIC, 1978, 1146.

<sup>58</sup> Fonseca, Hélder. “A ocupação da terra”. In Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (org.) *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II – O século XIX, Lisboa: ICS 2005, 98-107.

Quadro 1 - Ocupação do solo no Alentejo 1780-1890 (em percentagem)

	Superfície produtiva	Superfície inculta
1780	33,7	66,3
1875	49,5	50,5
1890	65,0	35,0

Fonte: Fonseca, Hélder. “A ocupação da terra” In Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (org.) *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II – O século XIX, Lisboa: ICS, 2005, 98

O final do século XIX marca um período de transição assistindo-se não só a uma intensa modernização da actividade agrícola como ao despontar da moderna indústria. À produção de pequena escala, adoptando métodos artesanais e fontes de energia naturais, sucede a moderna indústria organizada em grandes unidades fabris, com elevada produção, emprego dos modernos métodos de fabrico e assente no uso da energia do vapor e posteriormente da electricidade.

A modernização tecnológica no Alentejo deu-se por via das indústrias têxteis, mineira, corticeira e moagem de cereais. A indústria têxtil remontava ao século XVIII, concentrando-se na zona de Portalegre, já as minas predominavam no distrito de Beja, tendo-se registado essencialmente entre 1860-1890, uma época de febre mineira. Nos finais do século, ambas já acusavam sinais de decadência. O sector corticeiro, pelo contrário, estava a prosperar, com o surgimento de uma diversidade de unidades de transformação, concentradas essencialmente nos distritos de Évora e Portalegre. Por último, a moagem, que se tornou numa importante indústria, já em contexto de protecção cerealífero, levando à implantação de inúmeras unidades na região, quando a cultura do trigo se tornou abundante<sup>59</sup>.

Estas indústrias, se exceptuarmos o caso dos têxteis, foram as principais actividades secundárias até ao despoletar da 1ª guerra mundial. Enquanto estruturas produtivas regionais, apresentavam ritmos e dinâmicas próprias. Eram indústrias dedicadas ao processamento das matérias-primas regionais (cereal, azeite, cortiça, etc.) fixando-se junto das mesmas e, por isso, encontrando-se dispersas na imensidão da região. Possuíam uma integração produtiva, suprimindo as suas necessidades através da produção da sua própria electricidade,

<sup>59</sup> Reis, Jaime. “A lei da fome: as origens do protecção cerealífero (1889-1914)” In *Análise Social*, Vol. XV (60), (1979): 745-793.

provendo o seu abastecimento de combustível, possuindo as suas próprias carpintarias, etc. A sua produção era essencialmente virada para os mercados exteriores à região, destinando-se mesmo uma parte significativa à exportação<sup>60</sup>.

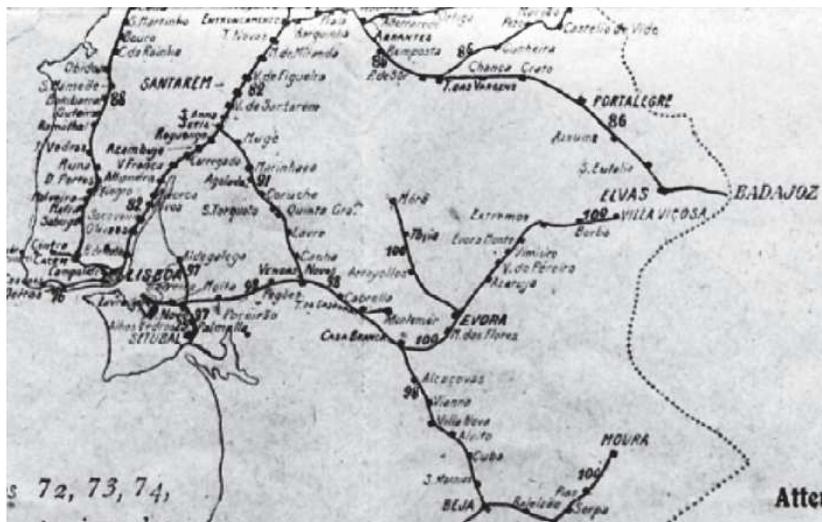


Figura 3 - Linhas de caminho de ferro em 1913<sup>61</sup>

No entanto este processo de modernização tecnológica não teria sido possível sem o caminho de ferro, que possibilitava um grande movimento de mercadorias fornecendo matérias primas e expedindo produtos acabados para os mercados nacionais e internacionais. A sua chegada à província originou uma realocação do tecido produtivo, levando à instalação das fábricas e demais indústrias junto às linhas férreas. Pelo final do século, o comboio já servia as principais localidades, conectando-as entre si, com a capital e com Espanha.

A industrialização da região com base nos seus produtos endógenos acentuou a especialização regional em função dos mercados exteriores, manifestando na paisagem as alterações provocadas por uma produção restrita com carácter intensivo.

Nas minas a desflorestação em redor, o esvaziamento do interior da terra, a criação de grandes parques para assentamento das estruturas produtivas,

junto com o acumular de escórias, manifestaram no território sinais claros de uma presença humana que levou a uma poluição intensa, cuja dimensão só foi perceptível depois do encerramento da actividade.

Na cortiça, a demanda de maior quantidade e qualidade, levou a uma melhor gestão dos sobreirais, o que originou um incremento das zonas de montado, cuja expansão se tornou incontornável na paisagem.

No que respeita à moagem de cereais e às actividades agrícola e industrial a ela associadas, este foi porventura o denominador comum que mais influência teve na alteração da paisagem do Alentejo nos últimos séculos.

A importância deste sector assentou, por um lado, sobre a suposta capacidade produtiva da região, que para muitos era considerada o celeiro da nação e que poderia fornecer todo o cereal necessário ao país, em especial o trigo, o que favoreceu o surgimento de políticas de protecção cerealífero.

Por outro, as consequências destas leis nos campos foram imediatas, originando-se a reconversão de outras culturas ao trigo e arroteando-se novas terras para o aumento de produção.

A mutação das estruturas agrárias que decorre da introdução do protecção e logo mantida com a pressão da indústria transformadora, foi de tal forma vigorosa que acabou por alterar profundamente toda a organização espacial do território regional, alteração essa que se vai traduzir numa paisagem característica do trigo e do montado, fortemente activa até meados do século passado.

A grande alteração da paisagem alentejana dá-se com o desaparecimento da charneca, processo que estará terminado por alturas da campanha do trigo, em 1929. O Alentejo passa assim a constituir-se por campos abertos, alternados com vastas áreas de montado de sobreiro e azinheira.

### Os mármore do Alentejo: uma industrialização singular em contexto rural

A macropaisagem do sul descrita foi acompanhada pelo surgimento de algumas especificidades, de carácter sub-regional, que começaram a tomar forma a partir de finais do século XIX e inícios do século XX.

Um desses exemplos é a paisagem dos mármore, característica da faixa geológica conhecida como *Anticlinal de Estremoz*, cuja dimensão ronda os 40 km de extensão por 7 km de largura, abrangendo os concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, contando ainda nas suas franjas, com os concelhos de

<sup>60</sup> Guimarães, Paulo. *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1860)*, Lisboa: Edições Colibri, 2006, 197-198.

<sup>61</sup> *Guia Oficial dos Caminhos de Ferro de Portugal*, Lisboa, Tipografia das Horas Românticas, 1913.

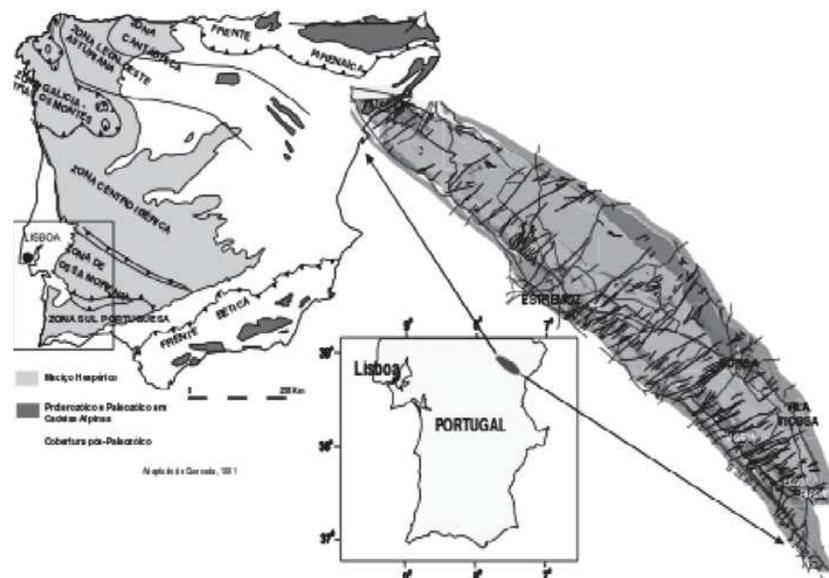


Figura 4 - O anticlinal de Estremoz<sup>63</sup>

Pela sua dimensão territorial, importância económica e intensidade de exploração, esta paisagem assume um protagonismo impossível de ignorar no quadro da região do Alentejo. À semelhança da restante região, era, nos séculos anteriores, caracterizada pela agricultura, apesar da existência de pontuais e artesanais explorações de mármore. Cenário que se manteve inalterado até ao desenvolvimento desta indústria em moldes modernos, nomeadamente com recurso a maquinaria cada vez mais sofisticada, que passou a ser visível por volta de 1920 e que cerca de três décadas depois relegou para segundo plano a actividade agrícola.

Tendo em conta tal fenómeno de transição, procurámos saber como estaria estruturado o território e que tipo de paisagem teria existido antes de despontarem em força as explorações das pedreiras de mármore.

<sup>62</sup> O anticlinal de Estremoz é um termo geológico para descrever a zona de Ossa Morena, que constituiu uma das principais unidades tectono-estratigráficas do orógeno hercínico, que se desenvolveu entre os períodos Devónico e Carbónico, há 400 milhões de anos.

<sup>63</sup> Adaptado de Midões, Carla et al. "Alguns indicadores geológicos e ambientais indispensáveis ao reordenamento da actividade extractiva- O caso do Anticlinal de Estremoz." In *Separata de Actas do VIII Congresso Nacional da Água - "Água-Sede de Sustentabilidade"*, Figueira da Foz, 2006.

A fim de ser possível responder a esta questão, encetámos uma análise assente em trabalho de arquivo, nomeadamente a análise das escrituras notariais do século XIX e XX referentes aos três concelhos, que permitem caracterizar o tipo de estruturas agrárias, bem como a abordagem dos estudos sobre esta região de modo a perceber a indústria aí existente.

As fontes revelaram-nos uma realidade concreta referente aos negócios da terra. Em primeiro lugar, a maioria dos actos notariais consultados dizia respeito a transacções que tinham por base as propriedades rústicas (venda, aluguer, aforamento, etc.), o que nos revela uma sociedade tipicamente agrícola. Em segundo lugar, permitem parcialmente perceber o género de propriedade transaccionado, que para o caso de Vila Viçosa eram os olivais, para Borba a oliveira e vinha, em proporções semelhantes, e para Estremoz, uma diluição das culturas agrícolas em tipologias variadas sem que, no entanto, existisse uma que fosse dominante<sup>64</sup>.

Para a indústria, podemos referir a fundação, ainda no século XIX, da moagem de António da Cruz em Estremoz, equipada com os modernos sistemas de moenda e funcionando a vapor, bem como diversos lagares no concelho, como o caso de Veiros, já para o século XX. Em Borba produção de vinho e azeite marcavam presença e destacamos de entre as diversas estruturas em laboração, a Sociedade Oleícola fundada em 1911. Para Vila Viçosa, a existência dos vários lagares e da pequena moagem, os quais a partir de 1921 são suplantados pela Sociedade Fabril Alentejana Lda., grande indústria vocacionada para a moagem de cereais e produção de azeites<sup>65</sup>. Contamos ainda para as franjas do anticlinal, com o concelho de Alandroal, cujo trigo produzido era consumido na moagem de Vila Viçosa e o caso de Sousel em que a produção de azeite era assegurada pela empresa Industrial Bastos Ribeiro, fundada em 1924<sup>66</sup>.

Constatamos igualmente que a presença da vinha já era antiga para a zona de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, constituindo-se no primeiro daqueles concelhos um importante centro vinhateiro, que datava já da Idade Média. Por seu lado, nos finais do século XVIII, a oliveira já era abundante quer em Sousel, quer em Veiros, sendo assinalável também em Borba, apesar de ofuscada pela

<sup>64</sup> Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartório notarial de Borba, livros de 1850-1916, Cartório notarial de Estremoz, livros de 1850-1900, Cartório notarial de Vila Viçosa, livros de 1850-1930.

<sup>65</sup> A produção atingia 18 toneladas diárias de farinha espoada, e o lagar, equipado com 6 prensas hidráulicas, cada uma com capacidade de enseinamento de cerca de 650 kg de massa de azeitona.

<sup>66</sup> Guimarães, Paulo. *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1860)*, 206; Rosa, António. "A Sociedade Fabril Alentejana (Sofal), O passado glorioso de uma grande unidade industrial em Vila Viçosa". (1ª parte) In *Callipole, Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n. 14, (2006): 247-257.

vinha. Para Vila Viçosa, esta cultura concentrava-se à época na zona da serra da Vigária <sup>67</sup>.

Tendo em conta estas informações, bem como as características geológicas e ambientais, propícias a alguns tipos de cultura, como as oliveiras e as zonas de calcário, poderemos perspectivar para o *anticlinal de Estremoz* uma paisagem que se constituía no concelho de Vila Viçosa essencialmente por olivais, no concelho de Borba pela coexistência harmoniosa entre olivais e vinha e no concelho de Estremoz por uma maior diversidade de culturas, como o olival, a vinha, os montados, entre outros. Desta forma, podemos afirmar que os sistemas agrícolas dominantes, da paisagem de trigo e oliveira, já se encontravam em grande medida, presentes nesta zona, logo nas primeiras décadas do século XX.

Quanto à transição desta paisagem agrária para a paisagem industrial, plena de pedreiras de mármore, localizadas em zona rural e rodeadas de campos agrícolas, a mesma ocorreu numa primeira fase de uma forma lenta, começando nos pequenos núcleos onde existia pedra com as qualidades mais apreciadas pelos exploradores, para logo receber um impulso a partir de meados do século com o aumento exponencial do número de explorações.



Figura 5 - Pedreira nova da cerca de S. António (vista sul), Estremoz, 1901<sup>68</sup>

<sup>67</sup> Silbert, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. Vol. 2, 576-577, 60. A Vigária foi um dos locais onde se viriam a instalar nos princípios do século XX, importantes empresas exploradoras devido à elevada qualidade do mármore ali existente.

<sup>68</sup> Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Estremoz. Pedreira nova da cerca de S. António (vista sul), 1901.

A actividade que se vinha fazendo, até à chegada de empresas como a Sociedade dos Mármore de Portugal ou da Solubema – Sociedade Luso Belga de Mármore, possuía um carácter intermitente e muito artesanal. Desenvolvia-se em função das necessidades do momento, de uma obra ou de uma empreitada, que exigisse uma certa quantidade de pedra. As ferramentas e técnicas usadas eram rudimentares e o trabalho era realizado força de braços ou animais, por meio de cunhas de madeiras, picaretas, camartelos e demais ferramentas manuais.

Neste tipo de exploração a pedreira não aprofundava muito, porque sendo a lavra muitas vezes realizada em circunstâncias mais ou menos ocasionais não promovia a retirada de muita quantidade de pedra. A tecnologia disponível, muitas vezes, também não possibilitava tal tipo de trabalhos.

Destas pedreiras retiravam-se quantidades que rondavam as várias centenas de metros cúbicos/ano, muito aquém dos milhares de toneladas que iriam ser extraídos anualmente a partir de finais da década de 1920.

O impacto destas explorações era diminuto se comparado com os métodos actuais. O remanescente era muitas vezes utilizado para fabricação de subprodutos como a cal, usada tanto para pinturas como para argamassas de obra, numa época em que não estavam ainda vulgarizadas nem tintas sintéticas, nem cimento industrial do tipo Portland.

Suprida a necessidade de materiais, a pedreira era facilmente soterrada, aplicando-se algumas camadas de terra, rapidamente regressando o terreno ao estado anterior, que poderia ser depois destinado às actividades agrícolas. Se por algum motivo ela fosse abandonada a céu aberto, pela sua pequena dimensão seria também facilmente absorvida pela natureza e rapidamente coberta pela vegetação circundante. Além disso, estas explorações não davam origem a grandes escombreiras.

A lavra industrial, pelo contrário obedece a outras regras de trabalho e está orientada para outro tipo de mercado. Neste tipo de exploração intensiva, onde se imobilizam capitais significativos, a tecnologia e as técnicas empregues desempenham papéis cruciais, visando dar resposta a um grande mercado de consumo, sobretudo externo. A modernização tecnológica tem como finalidade acelerar os processos de trabalho, para produzir mais em menor tempo, cortando nos custos, de forma a reflectirem-se numa melhor qualidade e num preço mais competitivo.

A introdução do fio helicoidal permitia, em poucas horas, o corte de um grande bloco de uma só vez, por oposição ao sistema manual de cunhas de madeira, o que levava ao imediato alargamento da exploração e conseqüente aumento da área rural intervencionada deixando uma marca visível na paisagem.

A partir do momento em que são abastecidas por uma rede eléctrica, o

que acontece nestas pedreiras a partir da década de 1950, estarão aptas para incrementarem a produção e adquirirem novas máquinas, que permitirão o aprofundamento do poço da pedreira contribuindo para o surgimento de uma paisagem em cota negativa cada vez mais importante.



Figura 6 - Pedreira na zona de Estremoz – década de 1950<sup>69</sup>

Refira-se que em termos da evolução das pedreiras, as mesmas não atingiam mais do que dez metros de profundidade em 1885 e que em algumas delas, pela característica da disposição do mármore, ainda pelo ano de 1934 se procedia ao desmonte até à profundidade de 18 metros sem outros recursos que a alavanca e o macaco<sup>70</sup>.

Em meados do século XX a profundidade de exploração já rondava a meia centena de metros, e as profundidades que actualmente atinge a exploração das pedreiras, na ordem dos cem ou mais metros, só se verificaram a partir de finais da década de 1960, com a introdução das gruas tipo Derrick.

<sup>69</sup> Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Estremoz. Coleção Joaquim Vermelho, fotografia no.B-I-00011, data aproximada 1950

<sup>70</sup> ADE, Fundo: Governo Civil de Évora, SSC:J/G, Minas, SR:04- Registo de Minas (1865-1912) Cx 220- 223; Ribeiro, Félix. *A indústria dos Mármore, Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional*, Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.

O fenómeno do alargamento da exploração em profundidade em vez de em largura e do surgimento de muitas pedreiras lado a lado, pode ser explicado pela própria estrutura da posse da terra que se encontrava dividida em parcelas relativamente pequenas. Na maior parte dos casos o proprietário de uma pequena parcela de terreno arrendava-a a uma empresa exploradora de mármore, que na maioria dos casos não era a mesma empresa a que os proprietários dos terrenos confinantes arrendavam os seus terrenos. Assim possuindo uma escassa dimensão de terreno para explorar e estando, na maioria dos casos, impossibilitadas a ampliar, estas empresas só puderam aumentar a sua produção pela expansão em profundidade, o que foi permitido pelo desenvolvimento das tecnologias de extracção.

A evolução da indústria a partir da década de 1960, que passou a ser vista como um negócio rentável e muitas vezes de lucro fácil, levou à abertura de muitas pedreiras, que se concentraram em zonas limitadas dando origem no *Anticlinal de Estremoz* a uma paisagem de elevada concentração industrial.

O impacto da exploração mecanizada do mármore é muito mais intenso e duradouro, por comparação com o provocado pelas explorações artesanais. Salientam-se a degradação da paisagem, com a desorganização do território, devido à abertura, exploração e encerramento ou abandono de muitas pedreiras, em áreas extensas, sem qualquer tipo de controlo ambiental.

Essa degradação incide nas dimensões dos poços das pedreiras, que não são encerrados como prevê a legislação, nem valorizados do ponto de vista patrimonial; nos resíduos da produção, como as escombrelas, que foram originadas pela extracção de mármore que no momento não são absorvidos pelos mercados; pelo problema das natas, poeiras originadas na serragem, decantadas em tanques próprios e abandonadas nos espaços rurais circundantes; e ainda da poluição dos aquíferos e pela interferência com os sistemas naturais da fauna e flora. Como resultado da crise económica recente, esta indústria é hoje marcada pela existência de inúmeras instalações abandonadas, onde os problemas referidos se vão acumulando.

A paisagem actual da indústria dos mármore, tendo começado a surgir na década de 1920, construiu-se essencialmente a partir da segunda metade do século, e continua a ser ainda hoje alterada por uma indústria activa, que tem contribuído para o desenvolvimento do país, absorvendo mão-de-obra e exportando para mercados internacionais, muito importantes. Esta actividade mobilizou uma parte significativa da população, e no caso de Vila Viçosa levou mesmo à reconversão da economia local, deixando, por isso, uma memória que não pode ser esquecida e um património cultural que não deve ser ignorado.

## Do património natural ao património industrial

As instalações abandonadas da indústria dos mármore legaram-nos, não só, problemas ambientais que é imperativo resolver, mas também potencialidades em torno do seu reaproveitamento e refuncionalização.

Esta indústria tem deixado uma forte marca na paisagem da região, que não pode ser simplesmente ignorada pela sua dimensão económica e impacto societal, nem pode ser camuflada numa óptica de perspectiva higienista e purista da paisagem, pois esta é uma consequência da acção humana sobre o território e de uma actividade que continua a fazer parte do nosso quotidiano. Esta paisagem industrial, mesmo depois de finalizada a actividade, lega-nos um valor acrescentado enquanto património natural e património industrial. São activos económicos dinâmicos, ainda que muitas vezes não sejam reconhecidos enquanto tal.

Num primeiro nível pelo reaproveitamento dos resíduos da produção, como as escombrelas e natas, que já extraídas e aguardando sem muita degradação estrutural, podem ser encaminhadas enquanto matéria-prima para a britagem, fabrico de cal, construção civil, correcção de solos, entre outros. O seu reaproveitamento poderá evitar a necessidade de se recorrer a novas extracções.

Por outro lado, o terreno de onde foi extraído o mármore pode ser também utilizado para finalidades ecológicas, tais como a diversificação florística e faunística, pois ainda que numa primeira fase, de abandono das pedreiras, a poluição das águas seja um fenómeno preocupante para a biodiversidade, a sua inactividade prolongada poderá resultar na construção de habitat para novas espécies.

Com o abandono das actividades humanas, tende-se à aproximação das condições ecológicas originais, o que aliado a projectos de reabilitação paisagística, como o caso do projecto Ecoquarry, que recuperou zonas degradadas por esta indústria em Espanha, pode contribuir para criar condições para o retorno de espécies animais e vegetais a estes locais, bem como dispor de uma paisagem melhor conservada, como mais-valia ambiental, podendo ser usufruída também pelos seres humanos<sup>71</sup>.

Um outro factor determinante será a revalorização destas antigas explorações enquanto património industrial, com potencialidades ao nível do turismo cultural, perspectivando assim um incremento económico das comunidades com base na indústria já existente, mas através de outras estratégias de gestão.

<sup>71</sup> Germano, David et al. "O impacto das pedreiras inactivas na fauna, flora e vegetação da zona dos mármore: problema ou desafio?". In *Callipole, Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, no. 21, (2014): 149-171.

A indústria dos mármore que se foi implantando neste território, pela sua natureza técnica, pelas marcas que tem deixado na paisagem, pela sua importância económica, constitui hoje um testemunho do desenvolvimento industrial da região e do país, bem como das histórias, vivências e memórias das comunidades locais.

Está subjacente a esta paisagem um património técnico que esteve associado à forma como ao longo do tempo foi sendo feita a exploração do mármore. Se, como se referiu, nos primórdios esta actividade era sobretudo feita de forma eminentemente manual, gradualmente as máquinas e ferramentas foram sendo usadas em interligação com o progresso científico e técnico registado a nível internacional e aplicado no país, ao qual não foi estranho o desenvolvimento de profissões, como a dos engenheiros, a mobilidade dos técnicos e a transferência de tecnologia.

Por outro lado, a indústria dos mármore associa-se a outras profissões, como os cabouqueiros, cuja actividade ainda estava muito presente nos anos 1970, mas que hoje está em risco de desaparecer, levando ao esquecimento de práticas de trabalho e do saber-fazer técnico tradicional que importa preservar. Do trabalho realizado por estes homens ficaram fotografias, ferramentas e máquinas, mas importa fazer a recolha de testemunhos orais destes trabalhadores, um património imaterial valiosíssimo que, não sendo registado e transmitido, tende a desaparecer.

É pois urgente prosseguir o estudo, o inventário, a preservação e a valorização do património técnico e industrial da indústria dos mármore e actividades subsidiárias. O estudo aprofundado deste património e a sua valorização podem contribuir para o desenvolvimento da região nomeadamente através da criação de rotas de turismo industrial.

## Fontes e bibliografia

Arquivo Distrital de Évora, Fundo: Governo Civil de Évora, SSC:J/G, Minas, SR:04- Registo de Minas (1865-1912).

Arquivo Distrital de Évora, Fundo: Cartórios Notariais de Borba, Estremoz e Vila Viçosa (1850-1930).

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Estremoz.

Faisca, Carlos. *Criando Chaparraís, Dois séculos de Montado de Sobre no Alentejo*, Lisboa: Apenas Livros, 2014.

Fonseca, Hélder. *O Alentejo no século XIX, economia e atitudes económicas*, Lisboa: INCM, 1996.

Fonseca, Hélder. "A ocupação da terra". In Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (org.) *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II – O século

XIX, Lisboa: ICS 2005, 98-107.

Germano, David et ali. “O impacte das pedreiras inactivas na fauna, flora e vegetação da zona dos mármore: problema ou desafio?”. In *Callipole, Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, nº 21, (2014): 149-171.

*Guia Oficial dos Caminhos de Ferro de Portugal*, Lisboa, Tipografia das Horas Românticas, 1913.

Guimarães, Paulo. *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1860)*, Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Midões, Carla et ali. “Alguns indicadores geológicos e ambientais indispensáveis ao reordenamento da actividade extractiva- O caso do Anticlinal de Estremoz.” In *Separata de Actas do VIII Congresso Nacional da Água - “Água-Sede de Sustentabilidade”*, Figueira da Foz, 2006.

Reis, Jaime. “A lei da fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)” In *Análise Social*, Vol. XV (60), (1979): 745-793.

Ribeiro, Félix. *A indústria dos Mármore, Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional*, Lisboa: Oficinas Fernandes, 1934.

Ribeiro, Orlando et al. *Geografia de Portugal*, Vol. IV – Vida económica e Social, Lisboa: João Sá da Costa, 1991.

Rosa, António. “A Sociedade Fabril Alentejana (Sofal), O passado glorioso de uma grande unidade industrial em Vila Viçosa”. (1ª parte) In *Callipole, Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, nº 14, (2006): 247-257.

Sá, Mário de. *O Alentejo, sua descrição geral, principais produções e projecto de irrigação*, Lisboa: Centro Typ. Colonial, 1911.

Silbert, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*. Vol. 3, Lisboa: INIC, 1978.